

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
Coordenação de Proteção Social Especial
Relatório do Encontro Estadual de Residências Inclusivas e Centro Dia
Curitiba – 27 e 28 de abril de 2017

Nos dias 27 e 28 de abril de 2017, foi realizado o Encontro para discussão dos Avanços e Desafios na implantação das Residências Inclusivas e do Centro Dia no estado do Paraná, (organizado pela equipe da Coordenação de Proteção Social Especial - CPSE) com o objetivo de avaliar qualitativamente o funcionamento das Residências Inclusivas e Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, contempladas na expansão do Programa Viver Sem Limite e propor diretrizes metodológicas, de acordo com os desafios e avanços relatados pelos municípios. Contamos com a participação de técnicos, gestores, representantes dos escritórios regionais e dos municípios de Apucarana, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ponta Grossa, Toledo, assim como representantes do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE, da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado da Saúde e técnicos da Coordenação de Proteção Social Especial e Básica e da Coordenação da Política da Pessoa com Deficiência da SEDS.

Palestra representante MDSA: Contextualização da Implantação das Residências Inclusivas e Centros Dia no Brasil

Após abertura do evento, Barbara Pereira dos Cravos, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, iniciou com palestra para contextualizar a implantação das Residências Inclusivas no Brasil. Ela destacou a importância em se olhar para a Residência Inclusiva como uma casa para a moradia de pessoas que muitas vezes passaram uma vida de institucionalização, pontuou que a Residência Inclusiva não se trata de mais uma instituição, mas de um local onde essa pessoa vai residir, tendo autonomia para realizar suas atividades de vida diária e conviver com a comunidade ao redor, deu ênfase à importância de se trabalhar essa autonomia com os acolhidos, visando uma maior independência. Pontuou que as residências devem ser acessíveis a todos os moradores, que mais do que rampas de acesso, deve-se prestar atenção em detalhes mais simples como rotas acessíveis para que os acolhidos possam circular livremente pelos cômodos da casa. Quanto a equipe técnica, reforçou que deve-se ter um diálogo entre as áreas, realizando estudos de caso, procurando atender da melhor forma as especificidades de cada acolhido.

O evento seguiu com apresentação CPSE/SEDS sobre os dados do Paraná para Centro dia e Residência Inclusiva. Primeiramente pontuou-se que há no estado, de acordo com Censo

SUAS de 2015, 189 unidades de Centro dia distribuídas em 144 municípios: 178 não governamentais e 11 unidades são governamentais. Das Unidades não governamentais, 138 são APAES, 03 Associações Pestalozzi, 14 outras associações e 23 não se enquadram em associações. Das 11 unidades governamentais: **03 unidades** atendem adultos, bem como criança e adolescente, ambos com deficiência e algum grau de dependência, **02 unidades** atendem criança/adolescente com deficiência e algum grau de dependência e **01 unidade** atende adulto com deficiência com algum grau de dependência, e, finalmente **05 unidades** atendem Idosos (sendo 1 idosos com deficiência, 3 idosos sem deficiência com algum grau de dependência, 1 idosos com e sem deficiência com algum grau de dependência) .

De acordo com o Censo SUAS de 2015, há 2.464 funcionários cadastrados nas 189 unidades e 16.961 pessoas foram atendidas. Quanto a acessibilidade, 158 estão acessíveis em todos os aspectos (dentro ou fora das normas da ABNT), 87 estão acessíveis por meio de outras adaptações e tecnologias (libras, braile, piso em relevo), 04 não estão acessíveis em nenhum aspecto e 01 unidade não respondeu.

Panorama de Implantação das Residências Inclusivas – Estadual e Municipal.

O evento seguiu com apresentação da CPSE/SEDS sobre as Residências Inclusivas estaduais e municipais. De acordo com o Censo SUAS de 2015, há 08 residências no estado, distribuídas em 06 municípios, sendo 04 governamentais e 05 não governamentais. De acordo com informações atualizadas de 2016, contamos com 06 unidades de Residência Inclusiva municipais, cofinanciadas pelo governo estadual, sendo 01 em Apucarana, 02 em Cascavel, 01 em Foz do Iguaçu, 01 em Ponta Grossa e 01 em Toledo. Contamos também com 02 Residências Inclusivas estaduais na modalidade regionalizada situadas no município de Irati. Quanto a acessibilidade, 05 unidades estão de acordo com as normas da ABNT, 02 tem acessibilidade, mas não estão de acordo com a ABNT e 02 não possuem acessibilidade.

A partir do acompanhamento trimestral realizado pelos Escritórios Regionais, verificou-se que das 06 unidades municipais, 03 funcionam em parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC), e no total, foram atendidos 49 usuários até dezembro de 2016, tendo uma média de 8 acolhimentos por unidade. O perfil atendido nas unidades é de egressos de instituições de longa permanência e que não possuem vínculo familiar. A equipe é composta por coordenador, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, cuidadores, auxiliares de cuidador, motorista e trabalhador doméstico. Constatou-se que 03 unidades estão sem psicólogo, 01 sem motorista e 01 sem trabalhador doméstico. Todas estão com número insuficiente de cuidadores ou de auxiliares de cuidador em função da quantidade de usuários atendidos. **Nesses aspectos apontados, dá-se ênfase a importância de existir uma equipe qualificada para atender a qualquer perfil de usuário do serviço. Releva-se novamente que a residência deve ser**

acessível a todos os usuários, apesar de se ter ciência de que muitos imóveis são alugados e por esse motivo encontram dificuldades para realizar as adaptações necessárias.

Quanto ao cofinanciamento estadual, desde 2014 foram repassados R\$ 1.015.000,00 para esses municípios que executam o serviço. Três municípios estão com repasses bloqueados devido ao saldo em conta ser superior a 12 parcelas (R\$ 60.000,00). Com esse bloqueio deixou-se de investir R\$ 225.000,00 nas Residências Inclusivas dos três municípios.

Sobre a metodologia de atendimento, pontua-se que a maior parte das Residências Inclusivas municipais elaboram Projeto Político Pedagógico – PPP/Plano de Organização do Cotidiano - POC e Plano Individual de Atendimento - PIA's. As equipes de trabalho das residências têm inserido os usuários nos serviços, programas e projetos disponíveis no município, em especial, nas políticas de saúde, educação, assistência social, esporte, lazer e cultura.

Avanços e Desafios na Implantação do Centro Dia (FAS) e panorama específico da Residência Inclusiva Estadual

Seguiu-se a apresentação do Centro Dia de Curitiba, onde são atendidas até 30 pessoas por turno, maior parte com deficiência intelectual moderada, seguido de deficiência intelectual leve e, em menor número, pessoas com Síndrome de Down. Estão realizando um trabalho de aproximação com as famílias em encontros e de prevenção do acolhimento .

Na sequência ocorreu a apresentação sobre as duas unidades de residências inclusivas estaduais, ambas implantadas no município de Irati. As residências encontram-se adequadas ao público atual, cuja demanda de acessibilidade necessita de poucas modificações. Realizou-se um trabalho, anterior a implantação, com a comunidade local para facilitar a inclusão e participação dessas acolhidas nas atividades comunitárias. Atualmente as residências estão sem coordenador e verificou-se que não havia necessidade de um trabalhador doméstico, pois as próprias acolhidas fazem esse trabalho, que é de extrema importância para garantir a autonomia e sentimento de pertencimento nesse lar, pois entende-se que a Residência Inclusiva deve ser vista como a casa dessas pessoas, portanto para essas acolhidas os cuidados com o local faz parte de uma atividade normal de vida diária dentro de uma residência que é delas.

As residências trabalham com POC e projetos de vida, o PIA faz parte do projeto de vida que está sendo elaborado com cada acolhida. O valor repassado por unidade é de R\$ 25.000,00 (sendo 10 mil reais do governo federal e 15 mil reais do governo estadual).

Debate

Esta mesa final foi composta por Silvana Schweigert (Centro Dia de Curitiba), Larissa Sayuri Yamaguchi (CPSE/SEDS) e Barbara Pereira dos Cravos (MDSA), coordenada por Flávia

Bandeira Cordeiro (CPCD/SEDS). Iniciou-se com a fala da Flávia que propôs uma reflexão sobre a articulação que é feita com a área do trabalho, questionando até que ponto existe interlocução com essa área quando se pensa a respeito de autonomia do indivíduo e integração com outras pessoas. A reflexão foi lançada: a interlocução é suficiente ou precisa melhorar?

Solange (CPSE/SEDS) questiona sobre a tipificação do serviço de Centro Dia oferecido nas APAES, pois não se tem normativa para a execução do serviço. Questiona se estão pensando em reordenamento para pessoas idosas que utilizam o serviço.

Representante do Escritório Regional - ER de Ponta Grossa solicitou normativas para as APAES, criticando os arranjos que são feitos para que o serviço ocorra, por não possuir normas. Criticou também a incapacidade do município em gastar o recurso, afirmou que existem entidades tendo que fazer rifa para conseguir dinheiro para dar continuidade ao serviço, sendo que há recurso parado nas contas. Levantou o questionamento sobre como o Centro Dia trabalha a política da Assistência Social na perspectiva de gerar empoderamento dos usuários e aumentar a participação social (ex: participação dos usuários nas discussões sobre a política e nos conselhos e conferências).

Representante da FAS questionou sobre a existência de discussões acerca da implantação de Centros Dia que atendam idosos. Questionou também o número de profissionais de nível médio neste serviço, argumenta que são muitos para pouca demanda.

Para as questões levantadas, representante do MDSA respondeu que há previsão de ampliação somente de Centros Dia para tratar especificamente o grande número de pessoas com microcefalia por consequência do ZIKA. Não há previsão para expansão do serviço para Centro Dia próprio para idosos, mas estão fazendo estudos para levantar a necessidade do reordenamento desse serviço. Quanto ao número de profissionais nos Centros Dia, respondeu que pode ser alterado de acordo com cada situação, podendo adaptar o serviço de acordo com cada realidade.

Argumentou que há discussões quanto às normativas dos serviços oferecidos pelas APAES, mas existe uma força política que permite que não seja algo tão rígido.

Silvana (Centro Dia de Curitiba) afirma que um dos serviços oferecidos é a orientação para que usuários e suas famílias busquem os serviços da rede socioassistencial e de saúde. Uma das preocupações que se tem é de que esse usuário tenha noção de seus direitos, de sua realidade dentro da família e de sua comunidade.

Representante do Conselho Estadual de Assistência Social afirmou que a APAE de Palmas é dirigida com vinculação escolar/educação, tentando seguir as normas daquela política e tendo a preocupação de instrumentalizar os alunos para o mundo do trabalho.

Representante da Secretaria de Estado da Educação apontou que hoje a área da educação está fazendo todo o trabalho, sendo que mais da metade das matrículas nas escolas especializadas das APAEs são de adultos. Explicou que a APAE, estatutariamente, pode oferecer

qualquer serviço e não somente de educação. Destacou que é necessária uma maior proximidade com a área da Assistência Social para definir a melhor forma de oferta do serviço para cada usuário, melhorando o atendimento.

Representante da APAE de Toledo argumentou que se o trabalho não está funcionando dentro das APAES há meios de cobrar para que a situação melhore, principalmente pelos Conselhos de direitos e controle social.

Larissa Yamaguchi (CPSE/SEDS) afirmou que a APAE faz muito mais do que o trabalho de uma escola e por esse motivo possivelmente se cadastra como Centro Dia. Questionou sobre as oportunidades que estamos dando para as pessoas com deficiência nos municípios, pois em alguns locais é o único serviço que se tem para esse público. Reiterou que as APAES foram se reinventando ao longo do tempo, pois surgiram antes da normatização da maioria das políticas públicas setoriais.

Flávia Cordeiro (CPCD/SEDS) perguntou à representante do MDSA, Bárbara, se terá uma nova edição do programa Viver Sem Limite, Bárbara (MDSA) respondeu que não existe previsão para uma segunda edição.

Carmen Zadra (CPSE/SEDS) argumentou que o processo de reordenamento é novo e mais difícil do que implantar um novo serviço. Afirmou que se tem vários avanços, que a APAE trabalha em parceria com a Assistência Social e que as normativas não dão resposta para tudo, pois muitas vezes depende-se de outras áreas, alegou que mais estudos são necessários e que esses questionamentos devem aparecer nas Conferências.

Grupos de Discussão

O método adotado para os grupos de discussão foi baseado em instrumento norteador referente a cada tema que continha informações baseadas nas normativas e orientações técnicas dos serviços e dados relativos aos serviços implantados no Paraná, os quais foram coletados nos relatórios dos próprios serviços e dos Escritórios Regionais que acompanham estes serviços. Considerando estas informações e dados foram elencadas algumas questões para nortear as discussões.

Referente a cada tema os grupos registraram os assuntos discutidos e escolhiam 02 destes assuntos para discutir na plenária, ou seja, com todos os participantes.

Foram compostos 03 grupos de discussão sobre Residência Inclusiva e 01 grupo sobre Centro Dia. Cada grupo contou com dois facilitadores previamente indicados e com um relator escolhido entre os participantes.

Apresentaremos o instrumento norteador do trabalho em grupo e as principais discussões e encaminhamentos de cada tema em arquivos separados por tema.

Grupo de Discussão 01: “Público alvo x perfil do usuário; estruturação dos serviços”

Grupo de discussão 02: “Recursos Humanos: capacitação e organização do trabalho em equipe”

Grupo de discussão 03: “Metodologia de Trabalho, Fluxos e Protocolos, Articulação Intersetorial, Estrutura Física e Gestão do Serviço – administrativa e financeira.”

Grupo de discussão 04: “Avanços e Desafios das Residências Inclusivas e Centro Dia de Referência no Paraná”

Resumo dos encaminhamentos do Encontro

Centro Dia

- 1) Estabelecer e manter grupo de trabalho para discussão do trabalho desenvolvido em Centro Dia – município de Curitiba + ER Curitiba/SEDS;
- 2) Identificar quais são os demais Centros Dia, além do de Curitiba, indicados no Censo SUAS 2015;
- 3) Informar órgãos judiciários e demais serviços socioassistenciais sobre o objetivo e o público-alvo das residências inclusivas e Centro Dia;
- 4) Informar os escritórios e os serviços sobre as possibilidades que os usuários têm para utilizarem seus benefícios assistenciais, em especial o BPC;
- 5) Elaborar um método de acompanhamento do serviço em Centro Dia, principalmente quanto a metodologia de trabalho deste serviço e do impacto exercido sobre o desenvolvimento da autonomia dos usuários, considerando o perfil destes últimos;
- 6) Traçar perfil dos usuários do serviço em Centro Dia considerando trajetória de vida até o esse atendimento, projeto de vida, existência e qualidade do vínculo familiar, idade, sexo, exercício de atividade remunerada e recebimento de benefícios de assistência (BPC, PBF, auxílio-doença e aposentadoria, por exemplo), atividades realizadas e serviços da rede de apoio (educação, saúde, justiça, cultura, esporte, lazer e comunidade de modo geral);
- 7) Avaliar possibilidade de ampliação da idade máxima de permanência nos serviços de RI e Centro Dia;
- 8) Elaborar método de trabalho/acompanhamento da saúde mental dos cuidadores e técnicos do serviço em Centro Dia;
- 9) Elaborar ou difundir (caso já exista) um método de trabalho com as famílias que fazem uso do Centro Dia;

- 10) Elaborar ou difundir (caso já exista) um modelo de redação dos documentos organizadores do serviço em Centro Dia – PTU e PAIF.
- 11) Estabelecer e manter parcerias com universidades e faculdades locais para a prestação de serviços aos usuários do serviço em Centro Dia e consequente inclusão destes usuários na comunidade local;
- 12) Indicar possíveis orientações para o estabelecimento de fluxos e protocolos de oferta do serviço em Centro Dia;
- 13) Orientar escritórios regionais, técnicos e demais profissionais responsáveis pelos serviços de Centro Dia e RI em como abordar e tratar a sexualidade dos usuários destes serviços;
- 14) Compartilhar Informações jurídicas sobre como os técnicos e demais profissionais responsáveis pelo serviço em Centro Dia devem abordar e tratar os desejos pessoais (desde os desejos de comprar algo com os benefícios ou renda que possam ter até os desejos mais íntimos, incluindo os sexuais) dos usuários que sofreram interdição judicial;
- 15) Incentivar e monitorar a realização de reuniões mensais entre a equipe de referência e a equipe de apoio do serviços em Centro Dia;
- 16) Orientar as equipes responsáveis pela gestão do serviço em Centro Dia a respeito de utilização/investimento do saldo em conta no FMAS;
- 17) Centro Dia – referenciado ao CREAS: ampliar diálogo com essa unidade pedindo melhora no serviço - se aproximar e dar um suporte maior para alguns municípios.

Residência Inclusiva

1. Avaliar critérios para inclusão de moradores na residência inclusiva;
2. Solicitar norma técnica para orientar o trabalho com os usuários com curatela judicial;
3. Traçar perfil dos usuários dos serviços de RI considerando a trajetória de vida até ao acolhimento, projeto de vida, existência e qualidade do vínculo familiar, idade, sexo, exercício de atividade remunerada e recebimento de benefícios de assistência (BPC, PBF, auxílio-doença e aposentadoria, por exemplo), atividades realizadas e serviços da rede de apoio (educação, saúde, justiça, cultura, esporte, lazer e comunidade de modo geral)
4. Elaborar um método de acompanhamento do serviço em RI, principalmente quanto a metodologia de trabalho deste serviço e do impacto exercido sobre o desenvolvimento da autonomia dos usuários, considerando o perfil destes últimos;
5. Informar os escritórios e os serviços sobre as possibilidades que os usuários têm para utilizarem seus benefícios assistenciais, em especial o BPC;
6. Avaliar possibilidade de ampliação da idade máxima de permanência nos serviços de RI;
7. Elaborar método de trabalho/acompanhamento da saúde mental dos cuidadores e técnicos do serviço de RI;

8. Elaborar ou difundir (caso já exista) um método de trabalho com as famílias dos usuários acolhidos nas RI's;
9. Elaborar ou difundir (caso já exista) um modelo de redação dos documentos organizadores da RI – POC/PPP e PIA;
10. Estabelecer e manter parcerias com universidades e faculdades locais para a prestação de serviços aos usuários dos serviços de RI e consequente inclusão destes usuários na comunidade local;
11. Indicar possíveis orientações para o estabelecimento de fluxos e protocolos de oferta do serviço de RI;
12. Orientar escritórios regionais, técnicos e demais profissionais responsáveis pelo serviço de RI em como abordar e tratar a sexualidade dos usuários deste serviço;
13. Compartilhar informações jurídicas sobre como os técnicos e demais profissionais responsáveis pelo serviço em Centro Dia devem abordar e tratar os desejos pessoais (desde os desejos de comprar algo com os benefícios ou renda que possam ter até os desejos mais íntimos, incluindo os sexuais) dos usuários que sofreram interdição judicial;
14. Incentivar e monitorar a realização de reuniões mensais entre a equipe de referência e a equipe de apoio do serviço de RI;
15. Monitorar a realização das adaptações nas RI's referentes à acessibilidade, melhoria do espaço e ampliação da capacidade de atendimento;
16. Articular as equipes responsáveis pela gestão municipal do serviço de RI;
17. Orientar as equipes responsáveis pela gestão do serviço de RI a respeito das possibilidades de utilização/investimento do saldo em conta no FMAS;
18. Considerar a flexibilidade no preenchimento da equipe mínima exigida, tendo em vista as especificidades de cada Residência Inclusiva.
19. Maior cobrança quanto ao atendimento da equipe mínima, nos casos em que há acúmulo de função por falta de profissionais.
20. Capacitações continuadas.

Avaliações dos participantes

Ao fim do evento, foi aplicado um formulário de avaliação a ser preenchido pelos participantes de forma anônima no qual estes puderam classificar de 1 a 4 sendo 1) Superou a expectativa, 2) atendeu a expectativa, 3) atendeu parcialmente a expectativa e 4) não atendeu a expectativa. Ao todo, 26 participantes preencheram o formulário.

Foram avaliados as sete mesas que compuseram o evento. Na primeira, “Contextualização da implantação das residências inclusivas e centros dia no Brasil”, 20 participantes deram classificaram esta mesa com a medida 2) atendeu a expectativa.

Na segunda, “Avanços e desafios na implantação do Centro Dia”, 20 participantes deram classificaram esta mesa com a medida 2) atendeu a expectativa. Na terceira mesa, “Panorama de Implantação das residências inclusivas Estadual e Municipal” 18 participantes classificaram esta mesa com a medida 2) atendeu a expectativa e 6 classificaram com a medida 1) superou a expectativa.

A quarta mesa era o grupo de discussão “Público alvo X perfil do usuário: estruturação do serviço” e 11 participantes classificaram esta mesa com a medida 2) atendeu a expectativa e 13 classificaram com a medida 1) superou a expectativa.

A quinta mesa era o grupo de discussão “Recursos humanos: capacitação e organização do trabalho em equipe” e 10 participantes classificaram esta mesa com a medida 2) atendeu a expectativa e 16 classificaram com a medida 1) superou a expectativa.

A sexta mesa era o grupo de discussão “Metodologia de trabalho, fluxos e protocolos, articulação intersetorial, estrutura física e gestão do serviço – administrativa e financeira” e 10 participantes classificaram esta mesa com a medida 2) atendeu a expectativa e 15 classificaram com a medida 1) superou a expectativa.

A sétima e última mesa era o grupo de discussão “Avanços e desafios das Residências Inclusivas e Centro Dia de referência no Paraná” e 13 participantes classificaram esta mesa com a medida 2) atendeu a expectativa e 12 classificaram com a medida 1) superou a expectativa.

De acordo com as notas e com as considerações/sugestões que foram oferecidas, conclui-se que o Encontro Estadual das Residências Inclusivas e Centro dia do Paraná foi realizado com êxito, inclusive superando as expectativas dos participantes em relação aos temas debatidos nos grupos de discussão – o que indica que o trabalho realizado nesses grupos foi de grande importância.